

TERMO 16/2020 - CLT-SLT/DAA-SLT/DRG/SLT/IFSP

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO, ELETRÔNICO
(COMPRAS)

IFSP - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CÂMPUS SALTO

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 07-364/2020

(Processo Administrativo n.º 23313.000806.2020-21)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$ (unitário)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$ (total)
1	MÁQUINA INTEGRADA DE CORTE E GRAVAÇÃO A LASER	31216	unidade	01	39.465,00	39.465,00
2	MÁQUINA DE RECORTE PARA PAPEL, VINIL, E.V.A E TECIDOS EM GERAL	31216	unidade	01	3.334,40	3.334,40
3	FORNO ELETRICO	46370	unidade	01	273,78	273,78
4	PLASTIFICADORA	20192	unidade	01	441,00	441,00
5	TRANSMISSOR DE TEMPERATURA	90433	unidade	07	450,00	3.150,00
6	MEDIDOR ÍNDICE ACIDEZ - MEDIDOR MULTIPARÂMETRO	24821	unidade	01	3.279,64	3.279,64
VALOR TOTAL (R\$):						49.943,82

1. 2 Os itens deverão ser entregues conforme a especificação abaixo:

- MÁQUINA INTEGRADA DE CORTE E GRAVAÇÃO A LASER. Destinado a laboratórios de fabricação, para corte e/ou gravação de diversos materiais tais como couro, madeira, borracha, poliéster, acrílico, vidro, plástico e tecidos; 2 - normalização: 2.1 - atender as normas de segurança e fabricação vigentes, incluindo a nr-12 no que for aplicável; 2.2 - equipamento em conformidade com as normas internacionais em iso 14001:2004 (gestão ambiental) e em iso 50001:2011 (gestão de energia) no que for aplicável; 3 - características: 3.1 - destinado para corte e gravação dos seguintes materiais: papel, poliéster, couro, cortiça, madeira, borracha, acrílico, vidro, plásticos e tecidos; 3.2 - dimensão do equipamento: 3.2.1.- área externa máxima de 1,40x1,40x1,50m; 3.3 - dimensão de corte/gravação: 3.3.1 - área mínima de corte/gravação de 0,60x0,30m; 3.3.2 - área máxima de corte/gravação de 0,60x0,50m; 3.4 - velocidade do corte/gravação: 3.4.1 - velocidade mínima de corte 100mm/s; 3.4.2 - velocidade mínima de gravação 200mm/s; 3.5 - sistema de laser: 3.5.1 - tubo de laser com refrigeração a ar ou água; 3.5.2 - canhão de laser com potência mínima de 90w; 3.5.3. - laser classe 2 com certificação ce lacrado; 3.5.4 - potência do laser ajustável de 0 a 100% de sua capacidade; 3.6 - método de gravação/corte: 3.6.1 - incidência direta de feixe laser sobre a superfície do material por meio de sistema ótico de espelhos e lente;
- MÁQUINA DE RECORTE PARA PAPEL, VINIL, E.V.A E TECIDOS EM GERAL. Área de digitalização de até 305 x 305 mm; rede sem fio; digitalização aprimorada Reconhecimento de cor RGB; Scanner integrado de mínimo de 600 DPI; mínimo 1000 desenhos e

15 fontes embutidas, Lâmina de metal rígido alemão, reconhecimento e leitura de arquivos SVG; Espessura Máxima para Corte: 3mm (materiais macios) e 2mm (materiais rígidos); reconhecimento e leitura de arquivos PES e PHC, bivolt, manual em português e todos os acessórios para corte incluídos.

3. FORNO ELETRICO - FORNO elétrico de mesa. Capacidade mínima de 30 litros. Com no mínimo 1 prateleira removível. Com termostato e Timer. Gabinete em aço e tampa com visor de vidro. Dimensões: 34 cm x 51 cm x 39 cm (A x L x P), admitida variação máxima de 10% nas dimensões. Tensão: 110 volts.
4. PLASTIFICADORA - Plastificadora, Características Adicionais Equipada Com Chave Seletora De Reversão, Tensão Alimentação 110/220 V, Tipo Poliseladora/Laminadora, Plastificação Até 23 Cm
5. TRANSMISSOR DE TEMPERATURA. Modelo mst325-999-00-00; entrada: universal (rtd/tc/mv/ohm) - escala: de acordo com a especificação do cliente; saída 4 - 20 ma, 2 fios; o transmissor de temperatura mst325 com montagem em cabeçote é uma excelente opção para medição de temperatura com alta precisão e baixo custo. Veja algumas de suas aplicações: medição de temperatura linearizada com pt100...pt1000, cu50...100 um, ni100...ni1000 ou sensor de tc (tipo b, e, j, k, n, r, s, t); conversão da variação de resistência linear para um sinal de corrente analógico padrão; amplificação de um sinal em mv bipolar para um sinal de corrente padrão de 4 a 20 ma; principais características: configuração universal via protocolo hart; operação, visualização e manutenção via pc, por exemplo, com o software de configuração sharp s10; tecnologia 2 fios e saída analógica 4 a 20 ma; sinal de falha para sensor aberto ou curto circuito, pré-configurada para namur ne 43; isolamento galvânica (2000 vac); alta precisão em toda a faixa de temperatura ambiente (0,02% span para sensor pt100 e 0,1% span para sensor tc); sensor de temperatura interna para a compensação de temperatura ativa (para sensor tc).
6. MEDIDOR ÍNDICE ACIDEZ - MEDIDOR MULTIPARÂMETRO, à prova d'água, capaz de medir os seguintes parâmetros: ph / orp / ec / tds / salinidade / do / pressão / temperatura. O aparelho multiparâmetro deverá ser portátil impermeável, que monitora até 12 parâmetros de qualidade de água diferentes. Sua sonda multi-sensor deve permitir a medição de parâmetros-chave, incluindo ph, orp, condutividade, oxigênio dissolvido e temperatura. A sonda multiparâmetro deve transmitir leituras digitalmente para o medidor, onde os pontos de dados podem ser exibidos e registrados. Display lcd gráfico retro iluminado com um lcd gráfico retro iluminado com ajuda na tela e a capacidade de exibir até doze parâmetros simultaneamente. O medidor multiparâmetro deverá ser constituído em proteção à prova de água, em uma caixa impermeável com classificação ip67 para suportar a imersão em água a uma profundidade de 1m por até 30 minutos, a sonda uma classificação ip68 para imersão contínua em água. Sonda digital de conexão rápida, que faz uma conexão impermeável ao medidor. O sensor de temperatura integrado deve permitir uma compensação automática da temperatura das medições de ph aplicação análise ambiental.

1.2. O prazo de vigência da aquisição é de doze meses ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que primeiro ocorrer, contados da emissão da nota de empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os materiais e equipamentos visam atender as diversas disciplinas de projetos dos cursos de Engenharia de Controle e Automação e Técnicos em Automação Industrial na construção de protótipos em diversas disciplinas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na definição de “bens comuns”, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Rua Rio Branco, nº 1780 – Vila Teixeira, Salto/ SP, CEP 13320-271, no Almoxarifado.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.2. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.5. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências

previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a

apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.2.1. Aquisição cuja entrega é em remessa única;

12.2.2 O valor da aquisição é baixo.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.3.3, 14.3.4 e 14.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 49.943,82 (quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. Gestão/Unidade: 158364 / 26439

Fonte: 8144000000

Programa de Trabalho: 12.363.5012.20RL.0035

Elemento de Despesa: 44.90.52 / 33.90.30

Salto, 28 de setembro de 2020.

Requisitantes:

Erico Pessoa Félix - CECA

Nilson Inocente Junior - TAI

Aprovado:

Karina Ap. F. Dias de Souza - Diretora Geral

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras

Atualização: Julho/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- Nilson Roberto Inocente Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/10/2020 20:16:00.
- Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza, DIRETOR GERAL - CD2 - DRG/SLT, em 30/09/2020 10:38:38.
- Erico Pessoa Felix, COORDENADOR - FUC1 - ECA-SLT, em 29/09/2020 11:29:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/09/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 99840

Código de Autenticação: 37e5bb69b4

